E no Carnaval também se fala de feminismo e voto feminino – Brasil, década 1910

And in Carnival there is also talk of feminism and women's suffrage – Brazil, 1910's

Y en el Carnaval también se habla de feminismo y sufragio feminino – Brasil, década de 1910

Mônica Karawejczyk[1]

Caroline Pereira Leal [2]

Resumo: Este artigo busca analisar como o feminismo e o movimento sufragista foram abordados durante o período das festas carnavalescas no Brasil na década de 1910. Como fontes primárias utilizamos alguns periódicos do Rio de Janeiro, Porto Alegre e Pelotas; como método, o paradigma indiciário, tal como proposto por Carlo Ginzburg. A pesquisa nos permitiu verificar que, embora o carnaval seja por vezes entendido como um momento de transgressão, com vistas à emancipação e subversão, no que tange à luta feminina pelo direito ao voto, acabou por reforçar as hierarquias dominantes do masculino no período analisado.

Palavras-chave: Carnaval. Voto feminino. Imprensa. Feminismo. Movimento sufragista. Primeira República.

Abstract: This article seeks to analyze how feminism and the suffrage movement were involved through carnival discourse and parts of the press in 1910's before the definitive achievement of women's suffrage in Brazil. As primary sources we used some publications from Rio de Janeiro, Porto Alegre and Pelotas; as a method, the evidentiary paradigm, as proposed by Carlo Ginzburg. The research allowed us to verify that, although carnival is sometimes understood as a moment of transgression, with a view to emancipation and subversion, with regard to the female struggle for the right to vote, it ended up strengthening the dominant positions of men.

Keywords: Carnival. Female suffrage. Press. Feminism. Suffrage movement. First Republic.

Resumen: Este articulo busca analizar como se abordaron el feminismo y el movimento sufragista durante el período de las festividades del carnaval em Brasil en la década de 1910. Como fuentes primarias se utilizaron algunas publicaciones de Río de Janeiro, Porto Alegre y Pelotas; como método, el paradigma indiciario, propuesto por Carlo Ginzburg. La investigación permitió constatar que, si ben el carnaval a veces es entendido como um momento de transgresión, con miras a la emancipación y la subversión, en lo que respecta a lucha femenina por el derecho al voto, terminó reforzando las jerarquías dominantes del varón em el período analizado.

Palabras clave: Carnaval. Voto feminino. Prensa. Feminismo. Movimiento sufragista. Primeira Republica.

[1] *Doutora em História (PPG – História) – UFRGS. https://orcid.org/0000-0001-7921-7365 . E-mail: karawejczyk@gmail.com.*

[2] *Doutora em História (PPG – História) – UFRGS. Professora da Secretaria Municipal de Educação – Porto Alegre – RS. https://orcid.org/0000-0003-4633-8691. E-mail; aentrudeira@gmail.com.*

Introdução

A historiografia recente, abordando o início do feminismo no Brasil, costuma destacar a década de 1930 como uma das datas chaves na conquista de direitos para as mulheres[3]. Afinal foi em 1932 que as brasileiras conseguiram, pela primeira vez, ter o seu direito de votar e ser votadas, reconhecido nacionalmente na letra da lei. Até 1937, quando ocorreu o golpe do Estado Novo, as brasileiras puderam participar das lides eleitorais em todo o território brasileiro em três ocasiões, a saber: em 1933 (eleições nacionais), 1934 (eleições estaduais) e 1935(eleições municipais). [4] Essa conquista, porém, não veio sem luta.

Já na primeira década do século XX, percebe-se um intenso debate e ebulição do movimento feminino e feminista, tanto no exterior quanto no Brasil. Muito da discussão sobre a inserção da mulher na vida pública e política, no Brasil, foi travada nas páginas da imprensa e a possibilidade de uma igualdade política entre os sexos masculino e feminino, despertava críticas e até mesmo um certo pavor entre alguns setores da sociedade, muitas delas externadas nas páginas dos periódicos. Para Ana Luiza Martins e Tania Regina de Luca com a instauração do regime republicano "a imprensa escrita foi, por décadas, o veículo de comunicação por excelência no Brasil" (Martins, Luca, 2013, p.84). Maria Helena Capelato destaca a visibilidade da análise da imprensa como fonte histórica, pois nela que é possível "captar, com riqueza de detalhes, o significado da atuação de diferentes grupos que se orientam por interesses específicos" (Capelato, 1988, p.34), bem como acompanhar festas e festividades, como o carnaval. Roger Chartier, por sua vez, salienta que a imprensa pode ser considerada como veículo de "representações coletivas que incorporam nos indivíduos as divisões do mundo social e organizam esquemas de percepção a partir dos quais eles classificam, julgam e agem"

[3] *Ver, por exemplo, os estudos de Mônica KARAWEJCZYK (2019 e 2020); Ana PRESTES (2021), Alcileide Cabral NASCIMENTO (2020), Emelly FACUNDES e Alcileide NASCIMENTO (2019) e Teresa MARQUES (2018). Apontamos que existe uma certa discordância entre as abordagens quando feitas por historiadoras e/ou cientistas políticos, uma vez que a maioria das historiadoras busca enfatizar o lado da conquista feminina no que diz respeito a inserção das brasileiras nas lides eleitorais no Brasil, enquanto, grande parte dos cientistas políticos procuram minimizar tal fato ao destacarem que a participação feminina, apesar de ter sido permitida pela lei desde 1932, não foi muito acentuada, neste sentido consultar, por exemplo, artigo de Fernando LIMONGI, Juliana Souza de OLIVEIRA e Stefanie Tomé SCHMITT (2019) e a dissertação de Amy WESTHROP (2022). Contudo, tal controvérsia não nos é relevante neste artigo, motivo pelo qual não será aqui abordada.*

[4] Pela publicação do Decreto 21.076, em 24 de fevereiro de 1932, Getúlio Vargas regulamentava o Código Eleitoral, estabelecendo como eleitor o "cidadão maior de 21 anos, sem distinção de sexo", sem outras restrições, além do critério educacional (só poderiam votar os alfabetizados), mas com a ressalva do voto ser facultativo para as mulheres e para os homens com mais de 60 anos (Brasil, 1932). Em 3 de maio de 1933 ocorreu a primeira eleição nacional na qual as mulheres puderam participar, como eleitoras e candidatas, amparadas pela lei. Com a promulgação da Constituição em 1934 somente foi alterado a idade mínima para o alistamento eleitoral, que passou de 21 para 18 anos e o alistamento obrigatório para as mulheres, que exercessem função pública remunerada. No Brasil, é com a publicação da Constituição de 1946, que o alistamento e o voto passam a ser obrigatórios para homens e mulheres.

(Chartier, 2002, p.10). Tais considerações nos motivaram a centrar nossa análise neste tipo de material.

A escolha do nosso marco temporal, por sua vez, a década de 1910, foi motivada por dois fatores distintos, mas interligados. O primeiro de tais fatores foi a constatação de que o ano de 1910 representa o aparecimento da primeira associação feminina que se tem notícia até o momento, a lutar pelos direitos femininos, o Partido Republicano Feminino (PRF), fundado pela professora Leolinda de Figueiredo Daltro e um grupo expressivo de mulheres na capital federal. O segundo fator que nos motivou foi o fato de que a primeira proposta apresentada na Câmara dos Deputados com o objetivo de estender o voto para todas as brasileiras, nas mesmas condições que o voto masculino, ocorreu em 19 de junho de 1917, apresentado pelo então deputado Mauricio de Lacerda. Tanto a atuação do PRF - e de Leolinda Daltro, em especial - como a proposta de Lacerda repercutiram na imprensa no período e foram tema de algumas manifestações culturais, como o carnaval, por exemplo, o que nos despertou o desejo de saber mais sobre essa mistura entre política, mulheres e carnaval. [5]

Assim, nossa proposta, no presente artigo, é a de identificar, a partir da narrativa apresentada por alguns jornais publicados nas cidades do Rio de Janeiro (RJ), de Porto Alegre (RS) e de Pelotas (RS), identificar a forma como as demandas femininas pela cidadania foram exaltadas e/ou execradas na maior festa popular do Brasil, o carnaval. Escolhemos nos fixar em periódicos publicados em tais cidades por serem respectivamente a capital federal do Brasil, uma capital de estado e uma cidade do interior de forma a podermos acompanhar se havia alguma diferença nas suas abordagens ao tratarem da questão do movimento sufragista e/ou do feminismo. Mas porque nos determos no discurso propagado durante o carnaval?

As festas, e em especial o carnaval, têm sido objeto de estudo tanto de historiadores, quanto de cientistas sociais, através de distintas concepções teóricas. Inicialmente, por meio do carnaval se buscava desvendar nossa identidade nacional ou concebê-lo como ruptura com o cotidiano, de inversão da ordem vigente. Revelador de códigos e regras sociais, poderia ser interpretado tanto como mecanismo de manutenção, quanto de subversão dos códigos sociais hegemônicos. Questionando o conceito do carnaval enquanto mecanismo de controle social, de válvula de escape, na teoria da resistência ele se constitui enquanto um instrumento de combate, no qual não "só as assimetrias e as desigualdades seriam reveladas e questionadas, como outros mundos alternativos seriam criados e vivenciados, ainda que temporariamente" (Lorena, 2019, p.55). Dado da cultura popular que resiste e estabelece a crítica ao universo da cultura erudita

[5] *Para uma análise mais detalhada e aprofundada desses dois momentos importantes do feminismo no Brasil, ver KARAWEJCZY, 2020.*

ou da cultura hegemônica, no carnaval os dominados criam interstícios, carnavalizando os símbolos e conceitos dos dominantes. Por meio da festa teríamos acesso ao universo da cultura popular, em contraposição à cultura dominante (Albuquerque Júnior, 2011). Em outra vertente de análise, por meio da história cultural, as festas e, em especial, o carnaval, são entendidas como "uma forma de discurso, uma maneira de significar, uma forma de produzir, distribuir, fazer circular e se apropriar de sentidos". Ao invés de tradições ou indícios de um determinado tempo, as festas são entendidas como "construções e invenções práticas e discursivas de cada temporalidade na qual elas se deram ou ocorreram e na qual foram nomeadas, instituídas e legitimadas". À vista disso, o carnaval pode ser entendido como um espaço de lutas concretas e simbólicas, de enfrentamento e de negociação entre grupos e pessoas em torno dos valores e preceitos que definem o viver em sociedade (Albuquerque Júnior, 2011, p.146). Motivo que nos levou a dar tal enfoque para o artigo aqui apresentado.

Para dar conta da nossa proposta, nos baseamos no método definido por Carlo Ginzburg (1989) como *paradigma indiciário* em busca de indícios e sinais da discussão sobre o feminismo e o movimento sufragista na imprensa e no discurso carnavalesco. De modo que tais indícios encontrados por nós no período analisado nas páginas dos periódicos selecionados foram percebidos como sinais que poderiam ser reveladores de práticas sociais e culturais do período. Dessa forma, o presente artigo tem como objetivo analisar a maneira como o feminismo e, em especial, o movimento sufragista foram abordados por meio do discurso carnavalesco e de partes da imprensa brasileira, entre os anos de 1910, antes da conquista definitiva do sufrágio feminino no país. A pesquisa foi desenvolvida durante a época da pandemia de COVID 19, tendo sido um dos fatores que nos levou a selecionar para análise periódicos disponíveis para consulta de forma *online* no site da Hemeroteca Digital Brasileira. A busca do material foi feita através das seguintes palavras-chaves: carnaval, feminismo, sufrágio feminino e Leolinda Daltro. Foram consultados para a cidade do Rio de Janeiro, os jornais, *A Noite*, *A Epoca*, *O Paiz* e *Gazeta de Notícias*. Para a cidade de Porto Alegre consultamos o acervo dos periódicos *A Federação* e *O Exemplo* e para a cidade de Pelotas, o jornal *A Opinião Pública*, tendo sido fator determinante para a escolha em centrar nossa análise em tais periódicos como fonte primária o fato de apresentarem para o seu público o debate sobre o voto feminino e/ou feminismo no período do Carnaval, bem como o acesso facilitado pelo acervo digitalizado pela Hemeroteca Digital Brasileira[6].Assim acabamos por selecionar tão somente as matérias que abordavam os momentos em que o tema do voto feminino e do

[6] *Todos os periódicos citados foram consultados em períodos diversos entre outubro de 2019 a agosto de 2024 no site da Hemeroteca, disponível em: <memoria.bn.br>*

feminismo ganharam algum destaque na imprensa nacional durante os festejos de Carnaval, como demostraremos a seguir.

Feminismo e Sufragistas

Fruto de um processo que se iniciou em meados do século XIX, se estendendo até sua garantia legal na década de 1930, a conquista do sufrágio feminino não pode ser entendida tão somente como uma concessão do governo de Getúlio Vargas (Karawejczyk, 2019). Resultado da luta de muitas mulheres que reivindicavam o reconhecimento de sua cidadania política, o feminismo e, em particular, o movimento sufragista já despertava o interesse da imprensa no Brasil desde o início daquela centúria. Como exemplo, podemos citar uma publicação de *O Malho* - revista ilustrada que circulou no Rio de Janeiro e se caracterizava pela sátira política – que em 1908 inseriu nas suas páginas uma charge alertando aos brasileiros e as brasileiras do perigo representado pela atuação das sufragistas inglesas.[7]

Figura 1 – O mundo às avessas



Fonte: O Malho (RJ), ed. 322, 14 de novembro de 1908, p.46. Consulta feita no acervo da Hemeroteca Digital Brasileira. Disponível em:http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=116300&pesq=&pagfis=12551. Acesso em 16.nov.2023.

Na legenda que acompanha o desenho é dado destaque para o seguinte diálogo:

[7] Para saber mais sobre o discurso dos antifeminismos e o humor sexista, apresentados na revista *O Malho*, consultar, MOREIRA, Thaís Batista Rosa. *Na mira do traço*: representações antifeministas nas revistas humorísticas *PBT* e *O Malho* (Argentina e Brasil, 1904-1918). Dissertação (Mestrado) apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universida de de São Paulo, 2023.

> Uma sufragista: - Viva o voto feminino! Abaixo a impotência dos homens para o serviço da polícia!
> Outra: - Yes! Mim vai escreve um artigo aconselhando todas as mulheres do mundo a acompanhar nosso programa!
> Inglês: - Cuidado, Srs. brasileiros! Vocês já andam tão caiporas que devem evitar mais esse caiporismo!...

A charge nos parece que foi publicada na revista com o intuito de advertir as brasileiras dos "perigos" da onda sufragista que estava ocorrendo na Inglaterra naquele período, afinal as mulheres, representadas no desenho tem seus corpos disformes, envoltas em vestimentas masculinas e em atitudes atípicas. Uma das mulheres é retratada fumando, de calças, chapéu, segurando em uma das mãos um jornal e no outro uma bengala (típica vestimenta masculina da época), enquanto a outra aparece discursando com feições raivosas e empoleirada nas costas de um homem (supostamente um policial). A legenda procura influenciar o leitor para uma conclusão: nem o feminismo e nem o movimento sufragista inglês são exemplos a serem seguidos pelas brasileiras. Outro ponto a se destacar é que, nas décadas iniciais do século XX, os confrontos com a polícia na Inglaterra não eram tão cordiais como faz parecer essa charge, época em que o sufrágio passou a ser o objetivo principal do movimento feminista.

Bom lembrar que o movimento feminino que mais chamou a atenção, tanto da mídia quanto da opinião pública, para a questão da exclusão feminina da política, foi exatamente o levado a cabo pelas militantes do grupo denominado *Women's Social and Political Union* – WSPU, mais conhecidas pela alcunha de suffragettes. Tal grupo foi fundado no ano de 1903, na cidade de Manchester, liderado por Emmeline Pankhurst e suas filhas. Foi o mais combativo e o que alcançou mais sucesso em expor o movimento pelo direito ao sufrágio feminino para o mundo. Com palavras de ordem como "Voto para as Mulheres", "Ações, não palavras" tal grupo ocupou o espaço público tornando visível suas demandas e forçando a sociedade do período a reconhecer sua luta. Elas também publicavam seus próprios jornais semanais, o primeiro deles fundado em 1907, o *Votes for Women*, seguido pelo *The Suffragette*, de 1912 (Karawejczyk, 2013). O que diferenciava suas ações de outros grupos do período era o emprego de táticas não convencionais para que suas demandas fossem notadas, de fato elas começaram a "batalha" interrompendo discursos políticos com gritos de "Voto para as Mulheres", passando a danificar patrimônios públicos e privados (perpetuados por atos tal como quebrar vitrines de lojas ou martelando telas em museus), se acorrentando em portões de prédios públicos e ocupando o espaço público, organizando passeatas nas ruas, até tomarem atitudes mais radicais, como colocar fogo em caixas de correios e cortar as comunicações dos telégrafos. Em outras palavras, tal grupo acabou aplicando todos os métodos ao seu alcance para obter alguma vitória,

utilizando desde medidas pacíficas até o uso da violência e da violência e da intimidação (Pankhurst, 2018).

Destacamos que a partir do ano de 1909, as inglesas militantes, lideradas por Emmeline Pankhurst, radicalizaram cada vez mais sua forma de atuação no espaço público tendo suas demandas repercutido em lugares tão distantes quanto o estado mais ao sul do Brasil, o Rio Grande do Sul, tal como podemos conferir na publicação do jornal *A Federação* (Porto Alegre)[8], - veículo oficial do *Partido Republicano Rio-grandense* (PRR), então no poder – que achou por bem advertir seus leitores com as seguintes palavras:

> [...] é sempre o assunto do dia o terror que elas causam e que parece ter subido ao paroxismo. Não há desatino concebível a quem não tenham recorrido para obrigar o parlamento britânico a conceder o direito britânico do *votes for women*! A bomba, o fogo incendiário, o veneno, tudo tem sido arma política para a histeria sufragética (*A Federação*, ed 171, 25/07/1913, p.4).

O incômodo com o avanço do movimento feminista e a luta pela igualdade de direitos entre homens e mulheres também chegou ao reinado de Momo, como veremos a seguir.

O movimento sufragista e o carnaval – respingos na imprensa

Com a crença de que pelo riso se corrigem os costumes - *Castigat ridendo mores* - e de que o carnaval "não é somente a exibição de carros artísticos, caríssimos e alegóricos, ele deve atingir diretamente os domínios do riso e verberar, por entre gargalhadas estridentes os desmandos dos homens públicos e as ilegalidades legalizadas", Leo., colunista do jornal pelotense *A Opinião Pública,* elogiava o préstito *do Clube Carnavalesco Diamantinos*, por trazer em seu desfile uma crítica às "aspirações do feminismo" (*A Opinião Pública*, Pelotas, ed 50, 02/03/1911, p.1).[9]

Tradicional agremiação carnavalesca da cidade de Pelotas/RS, ainda hoje em atividade como clube social, o *Clube Carnavalesco Diamantinos* foi fundando em 1906. Junto ao *Brilhante*, figurou como uma das principais sociedades carnavalescas da folia pelotense dos

[8] *O jornal A Federação, órgão do Partido Republicano Rio-grandense (PRR), circulou entre 1884 e 1937. Tinha por objetivo disseminar ideias republicanas e com a ascensão do partido ao governo da província se tornou seu porta-voz (Hohlfeldt; Rausch, 2006).*

[9] *O periódico "A opinião pública" publicada na cidade de Pelotas, interior do Rio Grande do Sul, teve suas primeiras edições no ano de 1896. Fundado por Theodosio Menezes, João e Felinto Moura, Arthur Hameister e Rodolpho Amorin, era definido como órgão republicano. Segundo Luckow e Nogueira (2008:3), com mudanças de dono e de equipe, o jornal passou a ter nova feição e novas ideias, tornando-se "mais polêmico, por conta do anti-clericalismo de Gomes da Silva, que não se furtava de lançar artigos contra o bispo D. Francisco de Campos Barreto. A seguir, o jornal foi arrendado para diferentes pessoas, o que permitiu sua renovação. Como se tratava de órgão consolidado e respeitado na cidade, inserção de novas ideias no dia-a-dia pelotense tornava-se mais fácil"*

anos de 1910. Compostas por membros da elite da cidade, seus préstitos tinham um princípio pedagógico a cumprir:

> [...] trazer alegorias suntuosas, elaboradas com requinte artístico, marcadas pela elegância, o que mostrava a superioridade cultural de seus promotores e, ao mesmo tempo, trazia erudição ao povo. Desse modo, seria possível preencher as ruas de civilidade e de civilização, tudo isso por meio do imperativo da alegria (Barreto, 2011, p.236).

Realizando desfiles de carros alegóricos pelas ruas da cidade entre os anos de 1907 e 1918 e em 1920, foi no carnaval de 1913 que o *Diamantinos* estreou o uso de alegorias móveis, como em "melancia", primeiro carro de movimento. Embora adeptos de inovações tecnológicas, no que tange ao avanço na igualdade de direitos entre homens e mulheres se mostravam bem reacionários. Em seu préstito do carnaval de 1911, por exemplo, os carros de críticas "referiam-se, com muito espírito, à liberdade profissional, à emancipação da mulher e ao contrabando" (*A Opinião Pública*, Pelotas, ed 49, 01/03/1911, p.1). Segundo Leo., na segunda charge era representado "um grupo de mulheres exaltadas, furibundas, gritando pela igualdade de direitos civis, enquanto os pobres maridos se entregavam aos pobres labores domésticos. São as indefiníveis belezas do feminismo, com todo os seus entusiasmos", dizia ele (*A Opinião Pública*, Pelotas, ed.50, 02/03/1911, p.1).

Trazendo a temática do feminismo para os domínios de Momo, o *C. C. Diamantinos* (de uma cidade do interior do Rio Grande do Sul) retratou as sufragistas como um grupo de mulheres enraivecidas, desvairadas, que impunham aos maridos obrigações que deveriam ser uma exclusividade feminina. O contraponto a essa imagem feminina era representado na figura da rainha da sociedade carnavalesca. Jovens, entre 15 e 17 anos, filhas de importantes famílias "eram 'cultuadas' pelos 'súditos': tinham destaque no baile (comandavam a *polonaise* e ocupavam um trono), no préstito (desfilavam em carro próprio, ricamente decorado, com direito a guarda honra, pajem e corte), bem como recebiam uma série de homenagens ao longo do ano, a começar pela cerimônia de coroação" (Barreto, 2011, p. 246-247).

Da mesma forma, no carnaval da capital do estado do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, as rainhas das sociedades carnavalescas também ocuparam um lugar de destaque, se tornando modelos de virtude e beleza, figuraram como *Marias* nos festejos promovidos por essas agremiações (Leal, 2021). No que diz respeito ao movimento feminista ou a luta sufragista, não encontramos nenhuma referência nos desfiles das sociedades carnavalescas da capital do Rio Grande do Sul, nos periódicos consultados; contudo, em 1916, *O Exemplo* - primeiro jornal da imprensa negra gaúcha - informava que desfilando pela rua dos Andradas, no centro da cidade,

fizeram sucesso diversos cordões e grupos carnavalescos, entre eles o *Cordão das Sufragistas* (*O Exemplo*, Porto Alegre, ed. 10, 12/03/1916, p. 1).[10] Os cordões eram um tipo de associação com fins carnavalescos que se diferenciavam das sociedades carnavalescas por seu aspecto mais popular e menos institucionalizado. De acordo com Lazzari (1998, p.63-164), a expressão era utilizada para referir "ao movimento de povo que seguia os conjuntos musicais de mascarados em meio à multidão da rua, que às vezes também eram chamados de Zé Pereiras, embora não seguissem sua forma original" ou, de modo ainda mais amplo, poderia se referir a um grupo de estudantes, "como os cordões 'Chove, Não Molha', dos alunos da Escola de Guerra e 'Olha a cara dele, Mamãe', dos alunos da Faculdade de Medicina e Direito, e também a empregados do Comércio com seu cordão 'Peregrinos do Amor', um nome de indisfarçável apelo boêmio". Os cordões mais populares se autodenominavam de clubes, indicando seu desejo de reconhecimento e distinção social.

Assim, dois anos após a essa primeira referência ao voto feminino no carnaval de Porto Alegre, *A Federação* noticiava que "composto de alguns rapazes, apareceu anteontem, tomando parte no carnaval, o Grupo das Sufragistas. Este grupo que apareceu com muito espírito deu uma nota alegre no atual carnaval (*A Federação*, Porto Alegre, ed. 41, 18/02/1918, p.8). Não sabemos se era o mesmo cordão que aparecera em 1916, ou se outro grupo de foliões também escolheu a temática sufragista para celebrar o carnaval, contudo, a evidência do atravessamento de gênero, no qual homens representavam o grupo das sufragistas nos permite pontuar algumas questões interessantes.

Enquanto ritual de inversão e suspensão temporária da ordem vigente, o carnaval seria uma festa que daria vazão aos conflitos do cotidiano, carnavalizando-os. Entretanto, de acordo com Da Matta (1977, p.58), "seria ingênuo supor que o Carnaval apenas neutraliza e inverte as oposições e posições sociais do cotidiano, abolindo suas dimensões de contraste. Na realidade, as inversões do Carnaval [...] terminam por provocar a confiança na ordem". Ao inverterem o ordenamento social, vestindo-se de mulheres, os jovens foliões transformavam o comportamento feminino e a luta sufragista em sátira carnavalesca, de tal modo que deixam entrever a importância do movimento pela igualdade de direitos e o receio da força que aquelas mulheres vinham demonstrando. Essa desordem temporária, portanto, manifestava um receio com as possíveis mudanças na ordem social vigente. Já enquanto campo de luta simbólica, o carnaval também expressava a disputa entre projetos e sonhos, de aspirações de mudanças por

[10] Criado em 1892, o jornal O Exemplo circulou até 1930, com alguns interstícios durante esse período. Dirigido à população negra, ambicionava "ser um exemplo", especialmente aos homens de cor, discutindo os interesses da população negra brasileira e defendendo a igualdade de direitos a todos os cidadãos (Pinto, 2006; Sousa, 2019).

parte de um grupo social e manutenção do *status quo* por outro, eram lutas em torno da concepção da ordem social. À vista disso, evidencia-se que, em relação ao movimento feminista e à luta sufragista, o carnaval, no Rio Grande do Sul, acabou por reforçar as hierarquias dominantes do masculino, trazendo para a sátira a conduta considerada imprópria de algumas mulheres, ora vista como motivo de preocupação, ora como de graça e piada.

Caso semelhante ocorreu no Rio de Janeiro, então capital federal do Brasil, como encontramos no caso de Leolinda de Figueiredo Daltro, uma das primeiras mulheres a lutar pelo voto feminino no Brasil ao fundar o Partido Republicano Feminino, em 1910. Leolinda nasceu na Bahia, em 1854, e tal qual muitas de suas contemporâneas casou bem cedo e teve dois filhos. Separando-se do marido, encontrou motivação para estudar, se tornando professora e, assim, ajudar nas economias domésticas. Já casada pela segunda vez, se transferiu com o marido e os filhos para o Rio de Janeiro. Em 1909, liderou um grupo de mulheres em apoio à candidatura de Hermes da Fonseca à Presidência da República, era a Junta Feminil Pró-Hermes-Wenceslau, que daria origem à fundação do PRF no ano seguinte (Rocha, 2002). Segundo as palavras da própria Leolinda Daltro, ela e suas companheiras queriam "antes de tudo, dar à mulher, um lugar melhor na sociedade, como elemento de progresso, libertando-a tanto quanto possível, da escravidão e da situação de inferioridade em que vivia" (*A Noite*, Rio de Janeiro, ed. 8149, 03/08/1934, p. 2).[11] Embora fosse próxima a políticos poderosos, como o general Pinheiro Machado, um dos mais influentes durante a República Velha, "as ideias e ações de Daltro não receberam uma boa acolhida por grande parte da sociedade da época e ela acabou sendo estigmatizada como a representante de um feminismo considerado pernicioso/perigoso" (Karawejczyk, 2014, p.337).

Leolinda foi muitas vezes descrita pela imprensa no período como uma "suffragette" por suas atitudes enérgicas em busca da igualdade jurídica entre homens e mulheres. Em dezembro de 1916, ela chegou a enviar um requerimento ao Congresso Nacional solicitando "a elaboração de uma lei que de modo claro e explícito dê a mulher brasileira o direito de voto" (Marques, 2018, p.192). Tal requerimento de três páginas foi protocolado no Congresso Nacional e não parece ser coincidência que, no carnaval de 1917, as "Grandes Sociedades" – *Democráticos*, *Tenentes do Diabo* e *Fenianos* – que desfilavam no Rio de Janeiro fizeram

[1111] *O jornal vespertino A Noite foi fundado em 1911 por Irineu Marinho na capital federal e logo se transformou em um dos primeiros jornais populares do Rio de Janeiro. Marialva Barbosa (2007, p. 89) o apresenta como "o vespertino de maior sucesso da cidade" e Maria Alice Rezende de Carvalho (2012, p. 14) o considera como o primeiro jornal a introduzir, na década de 1910, "um tipo inédito de linguagem jornalística, misto de informação e ficção, que prendia o leitor. Folha independente, sem subvenção do Estado". Na fase que vai da fundação do periódico até 1925, o jornal apostou em uma linha política de oposição ao governo além de valorizar, nas suas edições, os fatos cotidianos, a política e o noticiário policial.*

alguma apologia ao voto feminino ou à pessoa da professora Leolinda, como destacamos a seguir.[12] A *Fenianos* apresentou no seu desfile um carro denominado "O Voto Feminino", que fazia "uma espirituosa alusão à conhecida professora, useira e veseira na catequese dos bororós, que, pela boca de um endiabrado rapaz, procura fazer valer os direitos das saias" (*A Época*, Rio de Janeiro, ed.1686, 21/02/1917, p.5).[13] Também a *Democráticos* apresentou uma "alegoria que veio despertar o riso geral. Era a crítica espirituosa, em que uma conhecida professora, "d'alto lá com ela", é posta em foco. Este engraçadíssimo carro crítico era acompanhado de um regular guarda de honra, em estilo caricato" (*A Época*, Rio de Janeiro, ed. 1686, 21/02/1917, p.2). Há de se ressaltar o destaque cômico dado ao carro que fazia alusão à figura de Leolinda Daltro.

De acordo com Bergson (2004), o riso é uma espécie de gesto social e, desse modo, deve ter uma significação social. Seu sentido seria o de expor e "coagir certas manifestações potencialmente nocivas ao grupo que ele pertence (por extensão, aquilo que faz mal à sociedade; o indivíduo que ri objetiva, essencialmente, corrigir (humilhando) algum tipo de conduta 'excêntrica'" (Mendonça Júnior, 2014, p.2). Através do poder coercitivo do riso, os carnavalescos atacavam o comportamento da professora e os "direitos das saias", afinal o "riso é a própria correção" (Bergson, 2004:11). É importante destacar que essa concepção também estava presente nas palavras de Leo., articulista publicado no jornal de Pelotas, citado anteriormente, para quem *Castigat ridendo mores*, ao elogiar o préstito *do Clube Carnavalesco Diamantinos*, de Pelotas, e seu carro de crítica às "aspirações do feminismo".

Embora projetado para fazer rir, o carro de críticas da *Democráticos* colocava em evidência tanto a figura de Leolinda Daltro, quanto suas ideias e reivindicações. Intitulado "Professora D'Altro lá com ela", era assim descrito pela própria agremiação:

> Não a conhecem? Ora, não há quem desconheça o feminino tipo criticado. Seu nome é barulhento e, por isso mesmo, da berlinda não sai. Quando sucede que nos poucos dias de uma semana não fale na professora d'altro lá com ela, é contar como certo que, no oitavo dia, vai aparecer um pratinho de sensação. Desde que me entendo (o

[12] Em 1917, o carnaval de rua da cidade do Rio de Janeiro seguia o seguinte itinerário: saída no Cais do Porto, Mauá, Avenida Rio Branco (em volta pela rua Luiz Vasconcelos), Acre, Uruguaiana, Carioca, praça Tiradentes (em volta), Avenida Passos, Marechal Floriano, Avenida Rio Branco (em volta), Marechal Floriano, Uruguaiana e Castelo. O desfile era dividido em duas partes contendo cada uma delas carros alegóricos, de crítica e de fantasias, tal como informa *O Paiz* (20/02/1917, p.8).

[13] *O jornal A Epoca fundado em 1912 na capital federal por uma sociedade anônima, tinha por diretores na sua edição de estreia em 31 de julho de 1912, Vicente de Ouro Preto, J. B. Da Camara Canto e Vicente Piragibe, tal como se pode ler na capa da primeira edição. Na mesma página lemos que o jornal que ora se lançava pretendia ser "Jornal independente, sem subordinação a partidos políticos, dedicará A Epoca, todas as suas energias e esforços a obtenção de duas aspirações essenciais: a grandeza, a influência, a absoluta independência do Brasil, na política externa. A manutenção da ordem material e jurídica, dentro das nossas fronteiras [...]" e, assim relatava, no último parágrafo da apresentação do novo jornal, que: "Profundamente crentes, sinceramente católicos, nós os Diretores d"A Epoca, imploramos a Deus a sua excelsa proteção para o nosso jornal, para a nossa Pátria!" (A Epoca (RJ), ed 1, 31/07/1912, p.1). Em 1917 aparece estampado na capa do jornal ser o diretor somente Vicente Piragibe.*

> Arlequim tem já 30 anos), 'isto' tem sido assim. (*O Paiz*, Rio de Janeiro, ed. 11824, 20/02/1917, p.8).[14]

Surgidas no século XIX, as Grandes Sociedades carnavalescas, tais como *Democráticos*, *Tenentes do Diabo* e *Fenianos,* tentaram implantar no Rio de Janeiro um modelo de carnaval aos moldes dos carnavais europeus. sCompostas exclusivamente por homens, em sua afirmação identitária, enquanto foliões civilizados e civilizadores, recorriam frequentemente a figuras femininas, sempre nos termos da dicotomia honesta/prostituta e, por meio delas construíam uma autoimagem de "senhores da alegria". Contudo, no início do período republicano algo mudaria:

> [...] nos assuntos tratados pelas sociedades passam a incluir mulheres que se formavam em medicina, ou que reivindicavam direito ao voto no recente regime. Tratava-se de mulheres que, supostamente, não poderiam mais ser referidas apenas nos termos das categorias morais até então utilizadas (Pereira, 2002, p.312).

É nesse sentido que o carro do *Democráticos* evidencia a marcante presença de Daltro, que através de sua atuação política, há quase uma década, vinha se fazendo ser ouvida, causando muito barulho na sociedade carioca de então, tornando as demandas femininas visíveis e trazendo desconforto para o *status quo*, tal como as suffragettes inglesas, ao se imiscuir no espaço público. Sublinhe-se que tanto os jornais, quanto os próprios carnavalescos, faziam uso de epítetos nada elogiosos para descrever as demandas femininas e principalmente a figura de Leolinda Daltro. Palavras com carga altamente negativa são empregadas, tais como: mulher barulhenta, mulher-homem, entre outros, como se pode acompanhar no enredo do carro, cuja letra foi publicada na mesma edição do jornal *O Paiz*:

A professora d'altro lá com ela,

> Afamada por muitas aventuras,
> Um homem de vontade se revela,

[14] *O jornal matutino O Paiz fundado em 1884 é considerado como um dos cinco periódicos mais importantes da capital federal, no início do século XX. Segundo Marialva Barbosa "O Jornal do Brasil, o Jornal do Commercio, Gazeta de Notícias, Correio da Manhã e O Paiz, tiram juntas 150 mil exemplares. Numa cidade de pouco mais de 600 mil habitantes, observa-se o extraordinário poder de difusão desses impressos. (Barbosa, 2007, p. 41). A partir do "momento em que passa a ser propriedade de João Lage [1904], começa também o seu período áureo, construído em função das suas ligações com o poder. Vivendo das benesses do poder público e do que recebia em troca do apoio explícito aos dirigentes, sejam estaduais, municipais ou nacionais O Paiz constrói sua prosperidade na razão direta de suas ligações com a sociedade política" (Barbosa, 2007, p. 46). Marialva Barbosa assim apresenta um jornal que, na década de 1910, apostou numa linha editorial voltada aos "elogios a todos os governos [...] de quem recebe claramente apoio sob forma de publicidade, O Paiz atravessa toda a década de 1910 envolvido em escândalos, criticando os jornais concorrentes e sendo achincalhado por eles, mas sobretudo, valendo-se de suas estreitas relações com o poder para continuar se mantendo, apesar de ser cada vez maior a sua distância em termos de crescimento empresarial em relação aos concorrentes." (Barbosa, 2007, p.47).*

Fazendo diabruras…

Funda uma escola aqui, outra acolá,
Sai-se daqui e vai para os sertões,
Sendo deveras, mesmo, d'alto lá,
Nas manifestações.

Trouxe do seio da floresta um dia,
Uns semi-nus e tristes botocudos,
Que morreram coitados da mania,
De colossais estudos.

De vez em quando vai ao presidente,
Uma qualquer historia recitar;
E, p'ra mulher pleteia, altivamente,
Direito de votar.

Mas há que nisto tudo um mal lhe veja,
Quem lhe atribua a triste sorte à zinha,
De ir acabar na porta de uma igreja,
A conversar sozinha
(*O Paiz*, Rio de Janeiro, ed 11824, 20/02/1917, p.8).

No final do século XIX, fazendo uso de uma grande rede de contatos junto ao governo, Daltro angariou fundos para seu projeto de alfabetização indígena, tendo percorrido o interior de Goiás por mais de quatro anos. De acordo com Mônica Karawejczyk (2014, p.333), a professora foi uma "ardorosa defensora dos direitos dos indígenas, batalhou tanto pela alfabetização laica dos mesmos quanto buscou a sua integração na sociedade, sem conotações missionárias, ideia inovadora para a época". A negativa para atuar na educação indígena em um cargo oficial junto ao governo, justificada pelo fato de ser mulher, teria contribuído "decisivamente para que ela se conscientizasse que era a sua condição sexual o maior empecilho à realização de seus anseios" (Karawejczyk, 2014:, p.37). Após esses fatos, Leolinda Daltro passou a se dedicar cada vez mais para a questão da emancipação das brasileiras. Como nos alerta June Hahner, Leolinda também "advogava que os cargos no serviço público deviam ser abertos a todos os brasileiros independentes do sexo" (Hahner, 2003, p.280).

A visão negativada a respeito do voto feminino, parece ser, no período, um problema de sul a norte do país, como observamos ao analisar a letra da canção da sociedade carnavalesca *Tenentes do Diabo*:

'o voto feminino'
– o eterno problema do Brasil, do sul ao norte.
O ingente trabalho de eleições, votar é difícil.
E se o sexo barbado foge às urnas,
que se dê lugar ao voto feminino.
A Dona Daltro, professora antiga.
De tico-tico, p'ras gentis meninas.
Formou partido, que um ideal abriga!
–Elas votarem... serem masculinas.
E d'alto assunto esta questão agora.
O Brasil espera solução fadada:

> –É ver seu povo, na suprema hora.
> Pegando firme na mais rija espada
> (*A Época*, Rio de Janeiro, ed, 1686, 21/02/1917, p.5).

Para os *Tenentes do Diabo* o voto era uma exclusividade masculina. A diferenciação sexual legitimava a inferioridade feminina, sobretudo no que tange suas capacidades intelectuais, impondo distintos papéis sociais para homens e mulheres. É nesse sentido que, para os sócios da agremiação carnavalesca, ao almejarem o voto, elas (as mulheres) desejam mesmo era serem homens. Distanciando-se da "ordem natural" das coisas e de suas condições inatas, como fragilidade e recato, as mulheres que lutaram pelo direito ao exercício da cidadania eram retratadas como "barulhentas", "exaltadas", "loucas" e "enraivecidas".

No Brasil, o percentual de votantes no início da República não era muito elevado, chegando a pouco mais de 10% da população, segundo informa Jairo Nicolau (2004), muito devido ao sistema eleitoral vigente e às leis eleitorais do período. Trazemos como exemplo a lei eleitoral de 1904 , que, segundo o autor,

> [...] introduziu um estranho mecanismo, o voto a descoberto, que na prática violava o princípio do sigilo. O eleitor apresentava duas cédulas, que deviam ser assinadas perante a mesa eleitoral. Depois de datadas e rubricadas pelos mesários, uma cédula era depositada na urna e a outra ficava no poder do eleitor. Com isso, as lideranças tinham um controle estrito do voto dos eleitores, pois podia-se exigir destes a cédula como prova do voto dado. O voto a descoberto foi um dos principais responsáveis pela ausência de lisura das eleições realizadas no período [...] o processo eleitoral era absolutamente viciado pelas fraudes em larga escala e, salvo poucas exceções, as eleições não eram competitivas [...]. A fraude era generalizada. (Nicolau, 2004, p.32-34).

Destaca-se que, além das fraudes, as eleições das quatro primeiras décadas da República, foram marcadas pela baixa taxa de comparecimento: a eleição de 1912 para a Câmara dos Deputados, por exemplo, levou pouco menos de 2,6% da população para as urnas e, a de 1930, para a presidência do Brasil, um pouco mais de 5% (Nicolau, 2004, p.35). Dois fatos que contribuíam para a baixa participação eleitoral masculina eram o alto grau de analfabetismo, mais de 60% em dados de 1930, e o alistamento e ato de votar não serem obrigatórios. Mas se os homens não queriam votar, por que não permitir que elas o fizessem?

Como salienta Michelle Perrot (1998, p.7), é no espaço público que as diferenças entre os gêneros, masculino e feminino, mais podiam ser observadas, uma vez que era ali que os homens e as mulheres "situam-se nas duas extremidades da escala de valores. [...] Investido de uma função social, o homem público desempenha um papel importante e reconhecido. [...] a mulher [...] pública é uma 'criatura', mulher comum que pertence a todos". Assim, enquanto o *homem público* era reconhecido como tendo um valor positivo para a sociedade, a mulher era obrigada a se comportar de forma exemplar para não receber a alcunha de *mulher pública* e,

portanto, sem valor, correndo o risco de ser ridicularizada e mal vista pela sociedade, podendo até mesmo ser "excluída" do seu convívio. Este era "um discurso moralizador que engessava as liberdades femininas e delimitava claramente as suas fronteiras. Vencer esse preconceito, para as mulheres, passou a ser primordial para se alcançar os objetivos de uma igualdade jurídica com os homens" (Karawejczyk, 2020, p.138). Embora críticos ao sufrágio feminino, os cariocas *Tenentes do Diabo* abriam uma brecha para a discussão a respeito dessa questão.

O periódico *Gazeta de Notícias* (RJ)[15], em matéria de capa, também salientou o desfile das sociedades carnavalescas na Avenida Rio Branco, e assim comentou a passagem do carro da *Fenianos*:

> [...] o 12º carro crítico "o voto feminino' no qual expunha a curiosidade popular o desejo das senhoras em exercer, como o sexo forte, o direito do voto. A professora Leolinda Daltro, como iniciadora dessa ideia entre nós, foi alvo de grande crítica, mas crítica delicada, sutil, sem qualquer escabrosidade. (*Gazeta de Notícias*, ed. 52, 21/02/1917, p.1).

Segundo o jornal, o melhor carro sobre o tema foi o de outra agremiação, assim descrito pela *Gazeta de Notícias* (21/02/1917, p.1): "Voto Feminino, com a d. Deolinda Daltro a gritar, não era mau, mas todos fizeram o mesmo e sem dúvida o mais bem defendido era o dos democráticos".[16] Apesar do que propagou a *Gazeta de Notícias* de que a crítica feita a Daltro foi "delicada, sutil, sem qualquer escabrosidade", não é o que nos parece ao analisar as letras dos enredos apresentados. Todas as descrições deram um destaque negativo à figura dela, que teve assim seu nome atacado diretamente e de forma pessoal, bem como os seus pedidos de sufrágio para as mulheres foram motivo de chacota por parte dos carnavalescos e repetidos pela imprensa.

Destacamos que o uso da sátira e do riso carnavalesco tanto denota um reconhecimento à figura de Leolinda Daltro, quanto um tempo em relação à sua luta. A ironia e deboche parecem ter sido artifícios empregados pelos carnavalescos a fim de deslegitimar suas reivindicações. Afinal, o prazer do rir "mistura-se a intenção inconfessa de humilhar, portanto, é verdade, de corrigir pelo menos exteriormente" (Bergson, 2004, p.100). Em todo caso, isso

---

[15] O jornal Gazeta de Noticias, segundo Marialva Barbosa (2007), foi fundado em 1875 por Ferreira de Araújo Henrique Chaves, Manoel Carneiro e Eloisio Mendes. É conhecido por ser um dos primeiros jornais da capital federal a ser considerado, desde o final do século XIX, como um "jornal barato, popular, fácil de fazer". Em suas páginas os escritores "mais estimados do tempo" davam sua contribuição o que a tornou, rapidamente, "querida em todo o país. (2007, p.27). Ainda segunda Barbosa, "a prosperidade do periódico [nas décadas iniciais do século XX] deve-se menos a sua venda avulsa do que aos vultosos contratos firmados com os órgãos municipais para a publicação dos atos oficiais da Prefeitura" (Barbosa, 2007, p.30).

[16] Encontrou-se na imprensa tanto a grafia Leolinda como Deolinda como formas de a identificar para o público leitor.

demonstra que a questão do voto feminino estava em voga na sociedade brasileira da época, o que pode ter sido determinante para que o deputado Maurício de Lacerda tivesse proposto um projeto de lei que tratasse da questão para o Parlamento, a primeira em tempos de República, ainda em junho de 1917. A proposta apresentada à Câmara Federal pretendia incluir de forma explícita as brasileiras no quesito eleitor ao determinar que: "entre os eleitores [...] estão compreendidas as mulheres maiores de 21 anos que souberem ler e escrever [...]" (Diários, 1917, p.478). Tal proposta era inédita ao apresentar os mesmos termos para admitir o alistamento feminino para participar das eleições do que o já conferidos para os homens e muito parecida na sua escrita com o requerimento enviado por Leolinda Daltro em dezembro de 1916, tal como já destacamos. A proposta repercutiu na imprensa com palavras tanto de apoio quanto de repúdio. O jornal *O Paiz,* por exemplo, destacou nas suas páginas acreditar que "ainda é cedo para a política brasileira preocupar-se com o problema do feminismo. [...] Tudo faz crer, aliás, que o mundo latino demorará em acompanhar o mundo anglo-saxónico na considerável evolução social e política que a vitória do feminismo consubstancia [...]. No Brasil, por exemplo, só conhecemos uma 'sufffragette' convicta e incansável: é a professora Daltro [...] (*O Paiz*, ed. 11937, 13/06/1917, p.2).

Outro jornal da capital do Brasil apoiou a proposta na capa da sua edição com as seguintes palavras:

> Nada mais irracional do que permitir à mulher o direito de ser educadora e negar-lhe o de ser eleitora [...]. Entre nós, a questão do sufrágio feminino parece antes uma questão de gracejo. Não é que os gracejos sejam novos e variados. Sempre que se trata deste assunto voltam as mesmas pilherias e há quem se julgue infinitamente espirituoso, só porque as repete... [...]. Tudo, portanto, devia aconselhar o Congresso a dar o seu apoio à justa medida proposta pelo sr. Maurício de Lacerda (*A Noite*, ed. 1971, 13/06/1917, p.1).[17]

Contudo, tal proposta foi rejeitada pelos parlamentares da comissão que analisou o projeto, o considerando inconstitucional e inoportuno. Para eles "se as modificações nos costumes e nas leis são [...] necessárias, o que é inquietante é ver os feministas se preocuparem muito menos de alargar o lugar da mulher no lar conjugal do que de destruir este lar" (Annaes, 1918, p.587). Reforçando a ideia de que, no Brasil,

> o ambiente nacional é inadequado à vitória do "sufragismo" ou das reivindicações femininas porque [...] essas reivindicações são, na Europa, o resultado da desordem econômica, que obriga as mulheres à mesma luta pela existência em que se empenham os homens, e torna o seu trabalho, o seu salário, indispensável para o sustento da família. As mesmas condições sociais são muito diversas e, portanto, a lei proposta não estaria em harmonia com o seu meio (Annaes, 1918, p.588).

[17] Tem-se indícios da proximidade entre o deputado Lacerda e a professora Leolinda Daltro, quando o deputado apresentou uma representação do PRF sobre a questão dos funcionários públicos (*A Noite,* ed. 1799, 20/12/1916, p.3). Sendo assim, é uma das nossas hipóteses de trabalho que, devido a essa aproximação, Lacerda tenha apresentada o pedido de voto para as mulheres quase com as mesmas palavras que o requerimento apresentado por Daltro para o Congresso também em dezembro de 1916.

Apesar de não ter passado pelo crivo da comissão, a tentativa de Lacerda abriu caminho para outras propostas de emendas e projetos de lei, apresentadas no Senado e na Câmara Federal, para incluir as mulheres como eleitoras e elegíveis no Brasil. O projeto apresentado por Mauricio de Lacerda colocou em evidência que algumas mulheres no Brasil queriam participar do mundo político, antes mesmo do final da Primeira Guerra e, entre elas, destacou-se o papel de Leolinda Daltro e das associadas do PRF. Elas tiveram de aguentar chacotas por uma parte da imprensa e dos partidários de Momo, tal como podemos constatar ao longo deste texto.

A partir da década de 1920 outras mulheres e associações passaram a defender o voto para as brasileiras, das quais destacamos as seguintes associações, com atuação inicial na capital federal: a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, fundada em 1922 e presidida por Bertha Lutz; a Aliança Nacional de Mulheres fundada por Natércia da Cunha Silveira em 1931, e o Batalhão Feminino João Pessoa, criado em 1930 sob a liderança de Elvira Komel em Minas Gerais, que o transformou em associação após o final do conflito armado que colocou no poder Getúlio Vargas. Contudo, nenhuma delas foi tão execrada como Leolinda Daltro.

Considerações finais

À vista do exposto, foi possível verificar que, apesar do carnaval ser frequentemente entendido como um momento de inversão da ordem social, com vistas à emancipação e subversão, no que tange à luta feminista pelo direito ao voto nos anos de 1910, os periódicos aqui analisados acabaram por reforçar as hierarquias dominantes do masculino ao seu público-leitor. Seja por meio das alegorias ou dos versos distribuídos dos carros alegóricos, o festejo de Momo analisado em três situações diversas, a saber: na capital federal, em uma das capitais de estado e em uma cidade do interior, corroboraram estereótipos femininos, utilizando da sátira e do riso como instrumento de crítica à conduta de algumas mulheres, como no caso destacado neste artigo de Leolinda de Figueiredo Daltro.

Expondo os conflitos do cotidiano, além do festejar, o que estava em jogo era uma disputa a respeito dos códigos e regras que organizavam a ordem social, sobretudo, no que dizia respeito às assimetrias de poder que, ainda hoje, constituem as relações de gênero. Censurando a reivindicação feminista por espaço na política, tanto o discurso carnavalesco, quanto o da própria imprensa, já externavam sua apreensão com a conquista do voto feminino e buscavam, por meio do carnaval, *Castigat ridendo mores* as "ilegalidades legalizadas", de que alertava o colunista do jornal pelotense *A Opinião Pública*.

Referências

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. Festas para que te quero: por uma historiografia do festejar. *Patrimônio e Memória,* v.7, n.1, p. 134-150, 2011.Disponível em https://pem.assis.unesp.br/index.php/pem/article/view/147/147. Acesso em 03 jun. 2024.

ANNAES da Câmara dos Deputados. *Sessões de 2 a 31 de julho de 1917***.** Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, v.III, 1918.

BARBOSA, Marialva. *História Cultural da Imprensa no Brasil – 1900-2000.* Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

BARRETO, Alvaro. A elite em festa: a comemoração do Carnaval de Pelotas na década de 1910. *Estudos Ibero-Americanos,* v. 37, n. 2, p.232-249, 2010. Disponível em https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/iberoamericana/article/view/8999/pdf_15. Acesso em 03 jun. 2024.

BERGSON, Henri. *O riso:* ensaio sobre a significação da comicidade. São Paulo/SP: Ed. Martins Fontes, 2004.

BRASIL. *Decreto-lei 21.076,* de 24 de fevereiro de 1932. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-21076-24-fevereiro-1932-507583-publicacaooriginal-1-pe.html. Acesso em 03 jun. 2024.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Imprensa e História do Brasil*. São Paulo: Contexto, 1988.

CARVALHO, Maria Alice Rezende de. *Irineu Marinho: imprensa e cidade.* São Paulo: Globo, 2012.

CHARTIER, Roger. *À beira da falésia.* A História entre certezas e inquietudes. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 2002.

DA MATTA, Roberto. *Ensaios de Antropologia estrutural.* Petrópolis: Editora Vozes, 1977.

DIÁRIOS da Câmara dos Deputados. 13 de junho de 1917. Disponível em:https://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD13JUN1917.pdf#page=. Acesso em 03 jun. 2024.

FACUNDES, Emelly, S.F.; NASCIMENTO, Alcileide Cabral. A luta pela expansão da democracia em Pernambuco nos anos de 1930: o movimento feminista como protagonista. *Fronteiras: Revista Catarinense De História*, v. 1, p. 45-65-65, 2019.

GINZBURG, Carlo. Mitos*, emblemas, sinais:* Morfologia e História. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

HAHNER June Edith. *Emancipação do Sexo Feminino.* A luta pelos direitos da mulher no Brasil, 1850 -1940. Florianópolis: Mulheres, Santa Cruz: EDUNISC, 2003.

HOHLFELDT, Antônio; RAUSCH, Fabio. A imprensa sul-rio-grandense entre 1870 e 1937: Discussão sobre critérios para uma periodização. *NP de Jornalismo*, *do XXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação*, Universidade de Brasília, Distrito Federal, 2006.

KARAWEJCZYK, Mônica. "Suffragettes Nos trópicos?! A Primeira Fase Do Movimento Sufragista No Brasil". *Locus*: Revista De História, v.20, n.1, p.327-346, 2014. Disponível em https://periodicos.ufjf.br/index.php/locus/article/view/20768. Acesso em: 03 jun. 2024.

KARAWEJCZYK, Mônica. "As suffragettes e o voto feminino". *História, imagem e narrativas***,** n.17, p.1-24, 2013. Disponível em

https://www.academia.edu/6482788/Hist%C3%B3ria_imagem_e_narrativas_N_o_17_outubro_2013_ISSN_1808_9895_As_suffragettes_e_a_luta_pelo_voto_feminino. Acesso em 03 jun. 2024.

KARAWEJCZYK, Mônica. *As Filhas de Eva querem votar:* uma história da conquista do sufrágio feminino no Brasil. Porto Alegre: EdiPUCRS, 2020.

KARAWEJCZYK, Mônica. *Mulher deve votar?* O código eleitoral de 1932 e a conquista do sufrágio feminino através das páginas dos jornais Correio da Manhã e A Noite. Jundiaí: Paco Editorial, 2019.

LEAL, Caroline Pereira. "Mais bela do que o sol, mais bela do que o céu": Representação feminina no discurso carnavalesco da Porto Alegre do início do século XX (1906-1914). *Estudos Ibero-Americanos,* v. 47, n. 1, p.1-13, 2021. Disponível em https://doi.org/10.15448/1980-864X.2021.1.37769. Acesso em 03 jun.2024.

LIMONGI, Fernando; SOUZA OLIVEIRA, Juliana; SCHMITT, Stefanie Tomé. Sufrágio Universal, mas...só para homens. O voto feminino no Brasil. *Revista de Sociologia e Política.* V 27, n70, ed 3, 2019.

LORENA, Carmo Daum e. Subsídios para a análise da festa: o carnaval visto pelas Ciências Sociais. *Revista Lusófona de Estudos Culturais***,** vol. 6, n. 2, pp. 51-67, 2019. Disponível em https://doi.org/10.21814/rlec.2110. Acesso em 03 jun. 2024.

LUCKOW, Fabiane B.1; NOGUEIRA, Isabel Porto. Música de papel: artigos e notícias sobre música no jornal "A Opinião Pública" (1918-1923) .In: *XVII Congresso de Iniciação Científica e X Encontro de Pós-Graduação*, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2008. Anais… Pelotas, 2008.

MARQUES, Teresa Cristina de Novaes. *Bertha Lutz*. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2018.

MENDONÇA JÚNIOR, Jorge Piaia. O Riso e a Ordem Social: ensaio sobre a teoria de Henri Bergson sobre o riso e o cômico. In: XIII Semana Acadêmica do PPG em Filosofia da PUCRS, 2014, Porto Alegre. *Anais…* Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014.

NASCIMENTO, Alcileide Cabral. Mulheres e Cidadania: o alistamento eleitoral feminino e a ampliação dos direitos políticos no Rio Grande do Norte (1927-1928). *Saeculum* (UFPB), v. 25, p. 138-156, 2020.

NICOLAU, Jairo. *História do voto no Brasil.* 2 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2004.

PANKHURST, Helen. *Deeds not Words.* The story of women's rights, then and now. London: Sceptre. E-book, 2018.

PEREIRA, Cristiana Schettini. Os Senhores da Alegria: a presença das mulheres nas grandes sociedades carnavalescas cariocas em fins do século XIX. In: Cunha, Maria Clementina. (Org.) *Carnavais e outras f(r)estas:* ensaios de história social da cultura. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, CECULT, 2002

PERROT, Michelle. *Mulheres públicas.* São Paulo: UNESP, 1998.

PINTO, Ana Flávia Magalhães. *De pele escura e tinta preta: a imprensa negra do século XIX* (1833-1899). Dissertação (Mestrado em História), Universidade de Brasília - UNB. Brasília, 2006.

PRESTES, Ana (ORG). *100 anos da luta das mulheres pelo voto. Argentina, Brasil e Uruguai.* Porto Alegre: Instituto E Se Fosse Você?, 2021.

ROCHA, Elaine Pereira. *Entre a pena e a espada:* a trajetória de Leolinda Daltro (1859 – 1935) – patriotismo, indigenismo e feminismo. Tese (Doutorado em História), Universidade de São Paulo - USP, São Paulo, 2002.

SOUSA, Ricardo Costa de. *Instrução e circulação da palavra escrita: o caso do jornal* O Exemplo (Porto Alegre, RS, 1892-1930). Tese (Doutorado em Educação), Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, Porto Alegre, 2019.

WESTHROP, Amy Josephine. *Adoção do voto feminino no Brasil*: entre a teoria da emancipação das mulheres e a motivação eleitoral da elite no poder. 2022. Dissertação (Mestrado) – Escola de Ciências Sociais da Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2022.

Submetido em 19/02/2025
Aceito em 05/03/2025